

BOLETIM REBRIP

Rede Brasileira Pela Integração dos Povos



Nº9 – Maio e Junho /2006

Um “acordo de baixa intensidade”?

A diminuição dos prazos de negociação na OMC e a dificuldade em destravar a agenda – paralisada em cima de temas complexos, nos quais as concessões deveriam ficar para os países mais ricos – aponta para um desfecho no qual a maior possibilidade é a reprodução em parte do que aconteceu em Hong Kong, na última reunião ministerial, no final do ano passado. Ou seja, um acordo de baixa intensidade, simplesmente para continuar negociando, garantindo a institucionalidade da OMC enquanto espaço de discussão e definição dos temas de comércio e alardeando o sucesso das negociações.

Existem setores que pressionam por um acordo mais ambicioso, mas quase impossível de ser alcançado neste momento, já que poderia estender por mais alguns anos as negociações da Rodada Doha. Isso porque no ano que vem, vence a autorização dada pelo Congresso estadunidense para o Executivo negociar, e a partir daí se necessitaria uma nova autorização, ou qualquer acordo teria que ser “renegociado” com o Congresso dos EUA. Por tudo isso, é no acordo de baixa intensidade que esses setores apostam para este ano.

E em que consistirá o acordo? Na verdade, em uma série de “possibilidades” de abertura comercial, mas com um enorme arsenal de restrições à sua aplicação que vão desde a inclusão em sistemas de tratamento especial e diferenciado para as economias menores, até a elaboração de listas de produtos especiais, exceções, salvaguardas e a não-regulamentação de restrições de uma série de apoios em agricultura. Isto é, alardearia um acordo para maior liberalização, mas de fato excluiria todas as áreas sensíveis no curto-prazo, de modo que na prática os efeitos, se existissem, seriam muito pequenos.

Os efeitos recairiam basicamente sobre as economias maiores, pois apesar dos países médios e menores contarem com os mesmos dispositivos, detêm muito menos poder político para utilizá-los. Portanto, estariam sujeitos às pressões por efetiva liberalização comercial de seus mercados. Desta forma, o acordo possível – com uma série de mecanismos para resguardar os negociadores dos temas mais sensíveis – acabará sendo um acordo assimétrico, garantindo o arsenal de medidas de excepcionalidade para todos, mas onde apenas alguns teriam força política para utilizá-las. É mais ou menos o que acontece no Órgão de Solução de Controvérsias, no qual muitos podem ganhar o direito de retaliar, como os EUA, mas poucos podem exercer esse direito.

Nessa condição, o “acordo possível de baixíssima intensidade”, acabaria sendo também um acordo ruim para as economias médias e menores. Assim, não ter acordo será sempre melhor do que assinar esse acordo ruim. Além do mais, porque a não concretização do acordo permitiria abrir um espaço para a própria discussão da institucionalidade da regulação do comércio internacional, isto é, da própria OMC, suas regras e sua existência. E isto seria muito apropriado, especialmente neste momento de mudanças no cenário da política mundial e da economia internacional.

Agenda REBRIP e Parceiros

14/07 Reunião GT
Integração Rede
Brasil/FBOMS/Rede Justiça
Ambiental/REBRIP – Rio

18 a 22/07 Cúpula do Povos
em Córdoba

23 a 25 /07 Encontro
Nacional dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais

25 a 27 /07 Atividades
paralela ao Conselho Geral
em Genebra (OWINFS)

* Veja também o [calendário](#)
do Jubileu Brasil / Campanha
contra a ALCA

Agenda Genebra

14/07 Cons. Comércio em
Serviços

25/07 Comitê de Negociação
de Comércio

27 e 28 Conselho Geral

Agenda Mercosul

18/07 Reunião Extraordinária
do Grupo de Mercado
Comum - Córdoba

20/07 Reunião Ordinária do
Grupo de Mercado Comum e
Encontro “Somos Mercosul” -
Córdoba

21/07 Cúpula de Presidentes
do Mercosul - Córdoba

Visualize o calendário
completo do Mercosul [aqui](#)

OMC – Organização Mundial do Comércio

Conselho Geral da OMC

Após a VI Reunião Ministerial de Hong Kong, as datas de 14 e 15 de maio – Conselho Geral da OMC – nos sinalizavam um momento importante nas negociações em curso na Organização. A avaliação feita no ano passado nos mostrava que se fosse possível um entendimento no prazo previsto de 30 de abril sobre as modalidades em agricultura e NAMA, o acordo poderia ser viabilizado e neste cenário o Conselho Geral de maio seria relevante.

Os impasses nas negociações ao longo dos quatro primeiros meses do ano fizeram com que tal avaliação fosse modificada tanto pelas organizações da sociedade civil, quanto pela imprensa e até mesmo por alguns representantes de governo.

Em 21 de abril, o presidente do Comitê de Negociações sobre Agricultura reconheceu que os Membros não cumpriram o prazo de 30 de abril, o que seria fundamental para o acordo sobre subsídios agrícolas e cortes tarifários. A partir desta constatação, o Comitê de Agricultura da OMC tenta formular uma nova estratégia para aproximar os membros do consenso e tentar chegar a um acordo este ano.

Desta maneira, o presidente do Comitê, o embaixador neozelandês Crawford Falconer, propôs rodadas intensivas (seis semanas) de negociações sem formalizar prazos, porém sinalizou que seriam desejáveis resultados concretos para o final de julho. Alguns países em desenvolvimento criticaram esta proposta,

pois muitos não têm condições de manter ou enviar representantes a Genebra durante todo o período.

As negociações foram divididas em três ciclos de duas semanas, nas quais são realizadas consultas informais abertas, reuniões bi, pluri e multilaterais, etc. Ao final de cada ciclo serão produzidos documentos sínteses dos progressos, com direções sugeridas para os próximos ciclos.

As negociações estão sendo baseadas nestes textos de referência e após o término das negociações, será feita uma grande avaliação que transformará os textos na estrutura final de modalidades. Alguns textos de referência do Comitê de Agricultura podem ser encontrados na página da OMC (http://www.wto.org/spanish/tratop_s/agric_s/refpapers_apr06_s.htm)

A possível conclusão dos debates sobre modalidades até final de julho, a partir desta nova fase de negociações, viabiliza o início das discussões sobre outros temas e o caminho para um possível acordo. Os representantes do governo brasileiro tentam fechar a Rodada ainda este ano. Para isso irão propor novamente uma reunião de líderes com objetivo de impulsionar as negociações, durante a reunião do G-8, em São Petersburgo na Rússia, último espaço político importante antes da reunião Mini-ministerial que acontecerá dia 27 e 28 julho, em Genebra.

Atividades paralelas ao Conselho Geral da OMC -15 e 16 de Maio

Maria Teresa Llanos

Durante os dias em que aconteceu a ultima reunião de Conselho Geral da OMC, 15 e 16 de maio em Genebra, foi organizada uma série de atividades pela rede Nosso Mundo não Está a Venda, organizações não governamentais que acompanham o dia a dia das negociações em Genebra e a Aliança dos Povos de Genebra, nas quais organizações latinas membros da Aliança Social Continental, como a REBRIP, tiveram uma participação importante.

No seminário internacional "Estado atual das negociações na OMC e implicações para o Desenvolvimento", organizações com diversas visões sobre a OMC e os seus impactos, avaliaram os possíveis cenários no caso das negociações avançarem. O foco foi colocado nas negociações de NAMA, onde foram apresentados um estudo da CUT e outro da COSATU e da CIOSL mostrando os graves impactos no emprego que um acordo de NAMA causaria. Sobre Agricultura, se apresentaram os principais temas em negociação, como o recente documento do G33 sobre produtos especiais e medidas de salvaguarda e um estudo de Focus on the Global South que compila avaliações de organismos internacionais e centros de pesquisa que mostram que o acordo é absolutamente incompatível com a soberania alimentar, a agricultura familiar e que não leva ao desenvolvimento.

No dia 17 ocorreu uma sessão organizada por Third World Network de diálogo e pressão com negociadores de vários países do Sul, como Venezuela, Cuba e Brasil. A falta de transparência nas negociações foi outro tema muito mencionado.

Delegados da Via Campesina e de outras organizações internacionais e locais, participaram de uma pequena manifestação na frente da OMC no dia 15, onde se exigiu o fim da rodada.

Foram discutidos os próximos passos frente ao avanço das negociações, onde o foco estará colocado na reunião Mini-ministerial de fim de Junho e o Conselho Geral de fim de Julho. Definiu-se como estratégia o reforço às ações cotidianas a nível local, em cada país, de lobby e mobilização para evitar que se chegue a um acordo ruim para os povos.

Continuaremos de olho na OMC, pressionando e nos mobilizando pois é cada dia mais claro que não existe nada de desenvolvimento nesta rodada, e que as únicas vencedoras são as corporações transnacionais e não os povos.

* Maria Teresa Llanos – Secretaria da Campanha Continental contra a ALCA e da coordenação do Grupo de trabalho Serviços da REBRIP.

Negociações na OMC seguem travadas

O ensaio de reunião mini-ministerial e do Comitê de Negociações Comerciais da OMC realizado no final do mês de junho e início do mês de julho voltou a mostrar que, apesar do prazo que se esvai rapidamente, permanecem os mesmos impasses da Ministerial de Hong Kong em dezembro do ano passado. E com eles a dificuldade para fechar algum acordo da chamada Rodada Doha ainda este ano. É importante falar em "qualquer acordo", pois este parece ser o termo exato, já que um acordo de substância e que represente efetivamente maior liberalização comercial parece impossível de ser alcançado. O acordo possível seria um acordo de baixa intensidade, em que simplesmente sancionaria o *status quo*, ao mesmo tempo em que garantiria o seguimento das conversas no espaço institucional da OMC.

Os principais pontos de impasse em Genebra continuam sendo a falta de disposição dos EUA para reduzir suas diversas formas de apoio interno à agricultura (deve ser lembrado o momento eleitoral nos EUA, que amplia as dificuldades para os seus negociadores na barganha), a pouca disposição da União Européia em ampliar significativamente o acesso a seu mercado agrícola e o condicionamento de qualquer concessão de redução significativa de tarifas na área de bens industriais e abertura de serviços a movimentos anteriores em agricultura. Acrescente-se a essas dificuldades as definições e listas dos chamados "produtos especiais", que ficariam como exceção ao processo de liberalização agrícola. Ou seja, permanecem as discussões básicas que estão em pauta desde o final da "Rodada Uruguai", passando pela constituição da OMC, assumindo uma forma mais dura a partir do fracasso da Ministerial de Cancún e da constituição do G-20.

Além disso, é importante lembrar que no ano que vem expira o TPA ("Trade Promotion Authority", ou autorização para a promoção comercial), pelo qual o Congresso dos EUA dá ao seu executivo a autorização para negociar acordos comerciais que o Congresso simplesmente aprova ou rejeita no seu todo ao final, e não pode "desconstituir" (aceitar uma parte e recusar outra). Com isso, teria que ser redesenhado todo o processo de negociação, já que barganhas cruzadas ficariam muito difíceis. De outro lado, não se vislumbra neste momento força política no Executivo dos EUA para aprovar uma nova autorização nos mesmos moldes, o que poderia empurrar negociações significativas para o próximo mandato presidencial nos EUA, daqui a pouco mais de dois anos.

De outro lado, vale lembrar ao final do fracassado encontro recente em Genebra a rearticulação de um bloco que se chegou a ensaiar pouco antes do final da reunião de Hong Kong, envolvendo economias em desenvolvimento, através de uma declaração conjunta do G-20, do G-33, do Grupo ACP, do grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), do Grupo Africano, das Economias Pequenas Vulneráveis (EPVs), do grupo NAMA-11, do chamado "Algodão-4" (C-4) e do CARICOM, reforçando que suas demandas em relação especialmente a UE e EUA configuram uma estratégia de desenvolvimento para eles e seriam a essência da Rodada Doha, reforçando a velha polarização Norte-Sul. Esse movimento antecedeu ao fechamento de um acordo em Hong Kong, quando o pragmatismo do chamado G-6 (EUA, UE, Brasil, Índia, Japão e Austrália) acabou gerando um acordo que tentava dar parâmetros para seguir negociando em direção ao fechamento das negociações esse ano.

O que os impasses do primeiro semestre estão mostrando é que esses parâmetros, que serviram para salvar politicamente a ministerial de Hong Kong, não parecem ter sido suficientes até aqui para salvar do impasse as negociações substantivas para a ampliação da liberalização no interior da OMC. A ver os próximos movimentos.

Disputas no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (Painéis)

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) é a instância na Organização Mundial do Comércio, onde o Conselho Geral se encontra para decidir disputas comerciais entre os países membros. A disputa começa quando um país membro acredita que outro membro violou algum acordo ou compromisso realizado no âmbito dessa organização.

Nesta sessão, destacamos alguns painéis em que o Brasil está envolvido ou que ainda estuda a possibilidade de abertura. Nas edições anteriores deste boletim tratamos do estado de alguns desses painéis (ver edição anterior do boletim da REBRIP no sítio: www.rebrip.org.br)

Pneus Reformados - Nos dias 5, 6 e 7 de julho, aconteceram em Genebra as primeiras audiências do painel arbitrário a respeito das medidas restritivas brasileiras à importação de Pneus reformados da União Européia (reclamante). A União Européia formulou sua fundamentação nos aspectos comerciais, principalmente naqueles expostos nos artigos I:1, III: 4 XI:1 e XIII do GATT (ver glossário), enquanto o Brasil justificou suas restrições em aspectos ambientais e de saúde pública, inseridas no artigo XX do GATT (ver glossário). O ministério das Relações exteriores publicou em sua página da internet a petição que enviou ao Tribunal, onde podem ser analisados mais a fundo estes aspectos.

Por considerar que um resultado negativo ao Brasil neste painel, irá afetar diretamente a milhões de brasileiros e abrirá precedência para que a importação de produtos usados e reciclados seja permitida em outros países, uma coalizão de organizações e redes brasileiras e internacionais saiu em protesto contra a postura da União Européia. Entre as organizações que participam desta coalizão estão: REBRIP, FBOMS, WWF, Conectas Direitos Humanos, Greenpeace. Com intuito de informar a sociedade e pressionar os Ministros de Meio Ambiente e Comércio dos países que formam a União Européia, tais organizações circularam a declaração "Não queremos que o Brasil se torne o lixão da União Européia!" em cinco idiomas diferentes, que recebeu o apoio de mais de 100 outras organizações e redes do mundo inteiro (veja a versão em inglês e português em www.rebrip.org.br). Além da declaração, as entidades envolvidas em Genebra, promoveram uma manifestação durante o acontecimento das audiências e tentaram mostrar que a sociedade não está disposta a sofrer as conseqüências ambientais e de saúde ainda maiores, em troca do benefício de um número pequeno de empresas que reformam pneus no Brasil

Algodão - Em 21 de março de 2005 foi adotado o informe do Órgão de Apelação sobre o caso da disputa entre Brasil e terceiros contra os Estados Unidos no caso sobre os subsídios ao algodão estadunidense. O apoio dado aos produtores de algodão pelo Governo dos Estados distorce o preço do produto no mercado mundial. O resultado do painel da OMC determinou que os EUA deveriam retirar seus subsídios às exportações até 1º de julho, e revisar os subsídios domésticos até 21 de setembro. Como não conseguiram cumprir no prazo determinado a eliminação do programa de ajuda conhecido como "Passo 2" (ver glossário), o Brasil em outubro de 2005 pediu autorização à Organização para retaliá-los. Após alguns entendimentos entre Brasília e Washington, ficou determinado em novembro que o Brasil iria aguardar mais alguns meses antes de entrar efetivamente com as re aliações.

No dia primeiro de fevereiro de 2006 a Câmara dos Deputados dos EUA aprovou eliminação dos subsídios à exportação de algodão (Passo 2), que ainda deverá ser sancionada pelo presidente Bush e só será implementadas a partir de primeiro de agosto deste ano. O Itamaraty publicou uma nota onde demonstra insatisfação com a aprovação do Congresso estadunidense, já que considera a decisão, apenas parte de todas as obrigações que os Estados Unidos deveriam cumprir pela decisão do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Mercosul

Uruguai e Estados Unidos: TLC iminente

***Por Sebastián Valdomir**

A visita do presidente do Uruguai Tabaré Vazquez aos Estados Unidos na primeira semana de maio, instalou a forte possibilidade de que se comece a negociar bilateralmente um acordo comercial, além do já acordado Tratado de Proteção de Investimentos. Apesar de que no Governo se evite falar em um Tratado de Livre Comercio (TLC), não foi descartada a hipótese de que esse seja o resultado final das negociações, uma vez que o Uruguai expresse o desejo de firmar esse tipo de relação com Estados Unidos.

Segundo o Ministro da Economia, Danilo Astori, "um tratado de livre comércio com Estados Unidos não somente potencializa as possibilidades de investimentos como pode gerar incrementos no nível de atividades... estamos falando do nosso principal sócio comercial. Nós estamos pagando tarifas importantes para vender a carne que estamos vendendo aos Estados Unidos, a preços muito atrativos. Seria prejudicial ou benéfico se deixássemos de pagar essas tarifas graças a um Tratado de Livre Comercio?" Perguntava-se o Ministro.

É claro que o resultado será absolutamente negativo para o Uruguai. Se eventualmente o Uruguai conseguir aumentar suas receitas através das exportações de carne, esse efeito "positivo" seria contrabalançado por uma enxurrada de prejuízos que o TLC traria ao povo Uruguaio.

Como foi pensado para defender os interesses dos Estados Unidos e suas grandes corporações empresariais, o TLC inclui uma série de capítulos que limitariam seriamente a possibilidade de aplicar uma política de desenvolvimento sustentável, entre outras razões porque irá impor como critério geral o trato nacional para empresas estadounidenses.

A questão das empresas e serviços públicos são centrais neste tipo de tratados. O Uruguai mantém empresas públicas (água, telefonia fixa, energia, combustíveis, cimento), que entram diretamente na negociação do capítulo de Serviços, o que é contrário a Constituição e a maioria cidadã demonstrado mais de uma vez através das consultas populares contra as privatizações. Deverá processar a abertura das companhias do setor público aos grandes fornecedores estadounidenses, o que deslocará inevitavelmente as pequenas e médias empresas locais

O Uruguai é sumamente dependente das exportações de carne aos Estados Unidos. Longe de tentar solucionar a vulnerabilidade que significa como país a dependência das exportações de um só produto (carne) e de somente um comprador (Estados Unidos), um TLC remarcará para sempre a atual estrutura de ser exportadores primários. Não se diversificarão os mercados compradores como também se acentuará a dependência de um só item.

Os Estados Unidos utilizam esta dependência para exercer uma pressão e chantagem sobre o governo: tal como disse o anterior embaixador dos EUA no Uruguai, Martin Silverstein, "os pratos estadounidenses podem se encher sem carne uruguaia, porém a carne uruguaia necessita do mercado estadounidense".

Soma-se a isto que outros setores (agricultura, pequenas e média empresas, empresas públicas) vão se tornar perdedores natos, a estrutura produtiva e econômica não vai se diversificar, pelo contrário.

O Uruguai ao negociar um TLC com os EUA se senta em uma mesa onde o ponto de maior interesse - como país agrícola - não está na agenda de discussões. Estes assuntos são os milionários subsídios e ajudas que se outorgam aos produtores agrícolas estadunidenses, cujo efeito é que os produtos se voltem incomparavelmente mais baratos nos mercados internacionais.

Como já foi assinalado por Ernesto Agazzi, subsecretário do Ministro Ganadería, Agricultura e Pesca, para colocar somente um exemplo, " o dano total do esquema de subsídio norte-americano ao setor arroseiro uruguaio entre 2000 e 2005 foi de 421 milhões de dólares, cerca de 70 milhões por ano.

Se tomarmos como exemplo o negócio pelo EUA com países como Colômbia, Perú e os países centro-americanos, as importações baratas e sem tarifas de milhões de toneladas de cereais chegaram, ano após ano, arruinando a produção agrícola de nosso país. Também é indispensável lembrar o exemplo mexicano, que se converteu em um dos maiores importadores de alimentos ao custo de arruinar a milhões de pequenos produtores.

Concretamente, em seu TLC, Colômbia conferiu aos Estados Unidos o acesso imediato para 1,2 milhões de toneladas de trigo; 900.000 toneladas de soja, 200.000 toneladas de cevada e 2 milhões de toneladas de milho; em troca obteve apenas acesso livre para 4.000 toneladas de tabaco e 500 mil toneladas de açúcar que se soma as 25 mil que já tinha.

Outro capítulo onde haverá imposições estritas é em matéria de propriedade intelectual, principalmente marcas e patente, que irão impactar diretamente no setor farmacêutico e no sistema nacional de inovação.

Se Uruguai aceitar medidas mais restritivas em matéria de propriedade intelectual, inevitavelmente impactará na indústria farmacêutica, um setor econômico que está em crescimento pela fabricação de medicamentos genéricos. Atualmente existem 83 laboratórios que tiveram um faturamento de 117 milhões de dólares em 2005, representando cerca de 2 por cento do PIB. O setor emprega mais de 2.500 trabalhadores de forma direta e mil de forma indireta.

O processo de integração regional do Mercosul se verá afetado gravemente no caso do TLC se concretizar. Em definitivo, além de ser funcional a estratégia de administração Bush para a região, a assinatura do TLC com os EUA consolidará o caráter do país como exportador de bens primários, voltando cada vez mais dependente da maior potência bélica que tenha conhecido a história da humanidade.

As próximas semanas serão decisórias para saber que tipo de acordo Uruguai está disposto a negociar com EUA. No caso que a Lei de Promoção Comercial (*fast track*) não seja prorrogada nos próximos meses, o governo dos EUA tem até junho de 2007 para completar acordos comerciais com outros países, devendo comunicar a seu Congresso no início das negociações com autoridades ao 1º de junho de 2006. Frente a isto, as principais organizações sociais e a central de trabalhadores já se manifestaram que recusam qualquer TLC com Estados Unidos, começando por campanhas de capacitação sobre os impactos deste acordo.

* Sebastián Valdomir – Redes Amigos da Terra Uruguai (REDES)

Mercosul – União Européia

Em meio às crises políticas que assolam a América Latina, entre os dias 10 e 13 de maio, em Viena, na Áustria, aconteceu a IV Reunião de Cúpula de Presidentes da União Européia-América Latina e Caribe.

Marcada por episódios que mostram a instabilidade política entre países da América do Sul - como por exemplo, as acusações de Evo Morales (presidente da Bolívia) ao Brasil, principalmente, à empresa brasileira Petrobrás, e ao Presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero e também pela

disputa entre Uruguai e Argentina sobre a construção das papeleiras, entre outras - a Cúpula não conseguiu atingir alguns dos seus objetivos, como a reunião entre Mercosul e União Européia para tentar destravar as negociações bi-regionais.

Tradicionalmente, é realizada uma reunião paralela com chefes de Estado europeus e do Mercosul para discutir a aproximação comercial entre os dois lados, porém pelos motivos expostos acima, a reunião foi inviabilizada.

Em abril deste ano, o Mercosul colocou na mesa

uma proposta aos europeus. Ofereceram mais concessões no setor de serviços, com a liberalização total do setor automotivo em um prazo de 18 anos, mas em troca aguardam alguma proposta de ampliação de cotas para itens agropecuários e redução de tarifas pelos europeus. Até o momento a União Européia não enviou nenhuma resposta ao Mercosul neste sentido, fazendo com que a negociação entre as regiões permaneça a espera do que venha a se decidir na Organização Mundial do Comércio.

Tribunal de Viena

Em paralelo a IV Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul e Caribe, movimentos sociais, organizações não-governamentais e redes internacionais se organizaram numa contra-cúpula, conhecida como Enlaçando Alternativas II. Nesta contra-cúpula teve lugar o Tribunal das Transnacionais, em que algumas corporações como Unilever, Aracruz, Souza Cruz, Suez, entre outras foram julgadas pelo movimento global.

A idéia central era que a partir do Tribunal de Viena fosse dado o pontapé inicial às ações contras as empresas transnacionais, principalmente européias atuando em territórios sul-americanos e caribenhos. Desta forma, procurou-se reunir elementos, estudos e informações sobre os procedimentos ilícitos que ferem os direitos humanos dos povos para construir iniciativas e processos judiciais contra as empresas acusadas em vários países.

O Tribunal de Viena foi transmitido ao vivo pela internet com traduções para o espanhol e inglês, o que facilitou o acompanhamento de diversas entidades. A divulgação dos encontros, assim como de seus resultados, facilitou a aproximação das entidades, bem como da sociedade em geral, com temas essenciais.

É extremamente importante divulgar as conclusões do Tribunal de Viena, assim como os estudos realizados pelas entidades participantes, para que sejam conhecidas as violações cometidas pelas transnacionais. E, desta forma, contribuir para que a sociedade compreenda e legitime as ações praticadas pelos movimentos sociais sem que haja a criminalização dos mesmos.

Para ter acesso a Declaração do Tribunal contra as Transnacionais de Viena acesse a página <http://www.rebrip.org.br/>

América Latina: Nacionalização do Gás da Bolívia

No dia 1º de Maio deste ano, uma nova lei do governo boliviano determinou um prazo de 180 dias para a passagem do controle acionário das empresas petrolíferas estrangeiras operando no país para a YPFB, a empresa estatal petrolífera da Bolívia, cujos principais ativos, incluindo refinarias e áreas de produção, haviam sido privatizados ao longo dos anos 90. Essa determinação, em realidade, colocou as negociações que já estavam em curso para a efetivação do controle dos hidrocarbonetos do país pelo Estado boliviano em um novo patamar, mas a negociação segue.

O novo governo boliviano caminhou no sentido que já havia sinalizado, o da retomada do controle sobre as reservas de hidrocarbonetos. E, agora negocia a operação das áreas de produção e refino – a idéia é que as empresas internacionais operando na Bolívia funcionem como prestadoras de serviços - e o "ressarcimento" das atuais controladoras, que é isso, de fato, o que está embutido na questão da tal venda do controle acionário à YPFB, que é obrigatória, mas onde não está estipulado por quanto essa venda se dará, e é aí que vai se dar a negociação.

Tecnicamente, no curto-prazo, aparentemente nem o Brasil pode prescindir do gás boliviano (mais de 50% do consumo brasileiro, cerca de 24 milhões de m³ por dia, com sua utilização especialmente concentrada na área industrial em S. Paulo e nos três estados da Região Sul), e nem a Bolívia pode prescindir do Brasil com mercado (que consome cerca de 75% do gás produzido na Bolívia) – nesse caso, as opções de grandes consumidores seriam o Chile ou EUA e ambas as possibilidades aparecem como econômica e politicamente problemáticas para os bolivianos, tal como já expresso por eleitores e movimentos sociais do país.

Assim, existem fortes interesses para que os acordos continuem de pé, e aparentemente existe disposição negociadora para tal. O objetivo do novo governo boliviano, expresso já por Evo Morales na campanha eleitoral, é aumentar a receita do Estado boliviano com o gás (de modo que a renda do Estado boliviano com seu recurso mineral mais importante aumentasse, e permitisse a ampliação dos programas sociais). Essa disposição já tinha sido também expressa em vários momentos pelos eleitores e movimentos sociais na Bolívia, e a campanha e disposição para tal resultou inclusive na remoção recente de

alguns presidentes do país que insistiam em contrapor o entendimento da maioria da população sobre o tema.

Assim, o tema é bastante sensível para os bolivianos, e não levar um de seus principais compromissos de campanha adiante poderia contrapor o presidente Evo Morales com sua própria base social de sustentação.

Esse processo de negociação é extremamente afetado pela cobertura da mídia e pelas paixões populares.

No caso brasileiro, a grande mídia aproveitou um tema potencialmente sensível para tentar desgastar o Governo, e criar pânico em torno de possibilidades como de um apagão ou de aumentos dos preços do gás.

No caso boliviano, como dito anteriormente, o tema é extremamente sensível e é pauta importante do movimento social organizado e do eleitorado, nos quais continuam tendo uma posição firme do sobre a questão do gás no país, pois todos vêem como grande fonte de recursos para as políticas sociais no país.

Vale lembrar ainda o processo constituinte na Bolívia, que está em curso, e que envolverá discussões importantes, como a própria possibilidade de fratura do Estado nacional boliviano – o tema das autonomias regionais e do controle dos recursos pela regiões é importante para seus "departamentos" . Ou seja, o tema é candente, e a conjuntura dos dois lados também não ajuda muito a uma discussão menos apaixonada no momento.

Entretanto, a discussão para além dos excessos nacionalistas de lado a lado, deveria ser enquadrada dentro de parâmetros mais amplos, e poderia apontar para a constituição de uma nova matriz energética continental, onde o gás seguramente teria papel fundamental, mas não o único. Podendo assim se ancorar em uma nova estrutura empresarial, que integre as grandes empresas públicas petrolíferas da região. Esse novo enquadramento permitiria sair positivamente da atual tensão entre os interesses imediatos de dois Estados nacionais e partir para uma discussão mais ampla de futuro que passaria, neste caso, pela integração sul-americana, ampliando os países e interesses envolvidos e permitindo a discussão de um futuro comum na região.

Grupos de Trabalho da REBRIP

GT Serviços

DECLARAÇÃO FINAL DO SEMINÁRIO REGIONAL NEGOCIAÇÕES DE SERVIÇOS DA OMC E O DIREITO À PROTEÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Brasília, 23 e 24 de maio de 2006

Nós, representantes de organizações, redes, movimentos sociais, ONG's, articulações de mulheres e sindicatos da América do Sul, nos reunimos com representantes do governo brasileiro e parlamentares da região, nos dias 23 e 24 de maio de 2006, em Brasília, Brasil, no Seminário Regional Negociações de Serviços da OMC e o Direito à Proteção dos Serviços Públicos.

Os debates nos levam a conclusão que atualmente nossa região vive um momento histórico que abre possibilidades muito positivas no que diz respeito ao avanço de uma integração regional voltada aos interesses dos povos sul-americanos. Este momento se fez possível graças às lutas e a resistência dos movimentos sociais contra o avanço das políticas neoliberais e imperialistas, processos que se traduziram, em diversos países, na eleição de governos comprometidos com a reversão das privatizações, da desregulamentação, de esvaziamento das políticas públicas e do papel do Estado, que marcaram tão negativamente a região nos anos 90.

Para consolidar esse processo de mudanças, é preciso acionar mecanismos de cooperação, de preferências comerciais, de políticas públicas e sociais comuns dentro da região. É preciso prever mecanismos de gestão compartilhada de nossos bens comuns, de forma a garantir seu uso em benefício dos povos. Devemos, sobretudo reconhecer, valorizar e garantir a soberania dos povos sobre os recursos naturais de seus países, a exemplo da recente conquista do povo boliviano. É preciso criar mecanismos regionais de financiamento ao desenvolvimento da região, visando eliminar as assimetrias estruturais entre os países. É preciso buscar uma integração física, energética e de infra-estrutura que seja social e ambientalmente sustentável e que esteja a serviço dos povos. E é preciso concertar posições e políticas comuns regionais na arena global, de forma a aumentar o peso político da América do Sul.

Esta integração que queremos, no entanto, é absolutamente incompatível com o atual acordo da OMC, aprovado no Pacote de Julho de 2004 e confirmado na Reunião Ministerial de Hong Kong, e mais especificamente, com as negociações de serviços em curso sob o GATS. A lógica de liberalização progressiva dessas negociações transforma prioridades de desenvolvimento em obstáculos meramente temporários a serem removidos em acordos posteriores. Setores que foram em grande parte privatizados e desregulados, como é o caso das telecomunicações, transportes, energia e serviços financeiros, já apresentam um marco legal excessivamente liberalizado, que caso seja consolidado junto à OMC, implicará enormes custos de reversão, dificultando a implementação de políticas de desenvolvimento alternativas. Neste sentido, o estabelecimento de marcos de regulação doméstica no âmbito da OMC, além de limitar a capacidade legislativa dos parlamentos nacionais e de colocar um monitoramento permanente sobre as políticas regulatórias nacionais, constitui um piso a partir do qual o princípio da liberalização progressiva operará daqui por diante.

A regulação doméstica dos serviços tem o poder de definir a dinâmica das cadeias produtivas, os tipos de encadeamento econômico, os usos do território, os padrões de consumo e de sociabilidade. Os Parlamentos não podem ser alijados de negociações comerciais que pretendam limitar suas atribuições reguladoras. Além disso, em caso de decisões fundamentais para o destino das coletividades, a governabilidade democrática exige que as próprias populações sejam convocadas, através de consultas públicas, referendos e plebiscitos.

Vemos com grande preocupação a operacionalização de grupos de negociação plurilateral, que ao agilizar o processo de negociação pedido-oferta, acabam criando uma estrutura negociadora a

aumentam a suposta quantidade e qualidade dos setores negociados. Isso ao longo do tempo pode permitir o funcionamento na prática da idéia de parâmetros para a negociação setorial em serviços. As empresas transnacionais de países como os Estados Unidos, membros da União Européia, Canadá, Japão, Austrália, Coréia, entre outros, querem remover as barreiras contra seus investidores, ou seja, querem o mesmo tratamento dado às empresas e investidores nacionais e eliminar as restrições ao capital estrangeiro visando a monopolização dos mercados dos países em desenvolvimento.

Alguns governos de nossa região insistem e/ou são pressionados a ofertar setores essenciais, que envolvem direitos humanos fundamentais, e setores estratégicos, como energia, água, educação, saúde, saneamento, postais, telecomunicações, financeiros, aos países ricos em troca de vagas promessas de ampliação de acesso a mercados para as exportações do agronegócio. Reiteramos nosso repúdio a esta barganha, assim como a qualquer possibilidade de ampliar esta barganha para outros temas, como propriedade intelectual, que envolveria as possibilidades de distribuição de anti-retrovirais, impactando a saúde ou regulando os conhecimentos tradicionais dos diversos povos originários.

Nossos povos não podem ter seus direitos ameaçados para aumentar os lucros do agronegócio, cujo sistema de produção em monocultura resulta em expulsão e esvaziamento da agricultura familiar e camponesa, em concentração fundiária, em violência contra trabalhadores do campo, em perda de biodiversidade, entre outros graves problemas sócio-ambientais que violam acordos e convenções internacionais. Para além da barganha entre serviços, agricultura e bens industriais (NAMA), é preciso destacar que grande parte dos serviços em negociação, como água, serviços de transporte e distribuição, crédito rural, pesquisa e apoio técnico; são cruciais para o desenvolvimento e apoio à pequena produção.

Denunciamos a forma anti-democrática como essa Rodada vem sendo negociada, em reuniões de "sala verde" que excluem a maioria dos países dos processos de decisão. Essa é mais uma evidência da falta de transparência da OMC.

Em suma, as negociações em curso na OMC caminham na direção oposta às possibilidades abertas no momento para uma integração regional soberana e voltada para os povos. Caso estas negociações sigam avançando, resultarão em um obstáculo real a uma integração regional alternativa.

Para defender os serviços públicos e a soberania dos povos é necessário que nos mobilizemos para parar o GATS, travar o acordo da OMC e impedir a conclusão da Rodada de Doha. Empenhamo-nos a difundir as campanhas em curso como a da "OMC fora da Água", que reafirmam que direitos humanos inalienáveis não podem ser tratados como mercadorias. Desta forma, estamos comprometidos com a construção de um movimento nacional, regional e global para tirar este acordo da OMC dos trilhos.

As entidades participantes deste seminário seguirão promovendo iniciativas de formação, incidência e mobilização na defesa dos serviços públicos de qualidade e na busca de um maior acesso aos serviços essenciais para todas e todos.

**NÃO QUEREMOS ESTE ACORDO DA OMC!
VAMOS PARAR O GATS!
NÃO AS AGENDAS DAS TRANSNACIONAIS!**

Brasília, 24 de maio de 2006

GT Gênero e GT Serviços

Oficina: Educação no Comércio Internacional

Nos dias 10 e 11 de junho aconteceu no Rio de Janeiro a Oficina: "A Educação no Comércio Internacional". Promovida pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP, através dos GT de Serviços e de Gênero e organizada pelo Instituto EQUIT e a Ação Educativa, a oficina contou com a presença de 22 representantes de diferentes segmentos da sociedade civil da área de educação, como ANDES, CNTE e ANPED; entidades como o PACS, Ação Educativa, I. EQUIT, DIEESE, CEDECA, além de diversos pesquisadores e acadêmicos da área.

O debate sobre a posição do Brasil frente às negociações na OMC e outros âmbitos negociadores se aprofundou no sentido de mapear o processo de mercantilização da educação em curso nas últimas décadas no país. Análises sobre a Reforma Universitária, a Lei de Inovação Tecnológica, do Decreto sobre Educação à Distância, das Fundações Privadas ditas de apoio às Universidades Públicas e os Projetos do Banco Mundial em curso no Brasil demonstraram que não basta que o governo diga que não realizará ofertas de liberalização na área de educação nas negociações, porque de fato já está em marcha um processo profundo e contínuo de abertura do setor de educação que se instalou no país com as reformas dos anos 90.

Como resultado do debate apontou-se para três eixos de atuação necessários neste embate: o mapeamento desse processo liberalizante e a divulgação das informações através de documentos, boletins, redes, etc; o reforço de algumas lutas como a ampliação do controle social, o combate ao reconhecimento de diplomas pelas entidades privadas, a revisão da legislação sobre propriedade intelectual, o debate sobre o financiamento das pesquisas universitárias e o papel das fundações de apoio, entre outras; e, por fim, a necessidade de um passo adiante na articulação com diversas redes a nível nacional e internacional que acompanham estes processos de negociação.

Em breve estaremos divulgando o relatório com a síntese dos debates e o conjunto das propostas definidas, que se iniciam com a publicação de um encarte sobre o tema da mercantilização deste direito humano fundamental.

Para mais informações contactar na REBRIP, dos GT Gênero e do GT Serviços: Maria Teresa mtavance@websede.com.br e Camilla camilla@acaoeducativa.org

GT Gênero

O GT Gênero da Rebrip realizou em Recife, aproveitando a realização do II Fórum Social Brasileiro, um Seminário de Capacitação em Comercio global e Gênero. O seminário de dois dias, sediado pelo SOS Corpo, contou com a presença de lideres e participantes de movimentos feministas de diversos estados brasileiros, como Roraima, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pernambuco.

O GT-Gênero também aproveitou o momento para realizar sua reunião e facilitou novas filiações à REBRIP: OMIN - Sergipe (Márcia), GENDAC – Piauí. (Dulce Silva), SOS Corpo – Pernambuco e AMB – Secretaria Executiva; ampliando assim sua rede de discussão e conseqüentemente sua área de atuação.

Nesta reunião foi definido que o GT Gênero da REBRIP irá assumir a Coordenação do Comitê de Mulheres da ASC, com o comprometimento das entidades presentes, e com a proposta de organizar um momento de debate político interno que permita o aprofundamento dos acordos existentes no Comitê. O Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental (ASC) busca consolidar-se como um espaço de articulação dos movimentos de mulheres para tratar os temas do comercio internacional e gênero no âmbito Latino-americano

Foi também proposta a realização de um estudo de caso, envolvendo instituições e movimentos sociais do Nordeste, em relação aos serviços de turismo na região, avaliando os impactos (turismo sexual / emprego / meio ambiente) e relacionando o estudo às negociações do GATS (Acordo Geral do comercio de serviços).

- O GT Gênero da REBRIP em parceria com IGTN e a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT está organizando um seminário para debater as implicações das negociações em NAMA para o emprego industrial feminino junto a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, MRE, Ministério do Trabalho, entre outros, para a primeira quinzena de Julho.

- Finalmente o Instituto Equit e o GT-Gênero realizarão um curso de capacitação em gênero e comércio em Roraima, nos dias 26 –28 de junho com o intuito fortalecer a participação cada vez maior de entidades de gênero na REBRIP.

GT Agricultura

No mês de maio a cidade de Viena, na Áustria, foi palco da Cúpula de Chefes de Estado e de governo da América Latina e Caribe (ALC) e da União Européia, máxima expressão política das relações entre ambos os continentes. Paralelamente a esta reunião, movimentos sociais e organizações não governamentais da Europa, América Latina e do Caribe organizaram um encontro de alternativas, no qual foi inserido um tribunal popular das Transnacionais, que visava julgar as ações abusivas das corporações Transnacionais da Europa na América Latina.

O Grupo de Trabalho sobre Agricultura da Rede Brasileira para a Integração dos Povos - GT AG da Rebrip - participou deste evento paralelo, contribuindo nas discussões e apresentando um caso no tribunal, sobre as ações da BAT (British American Tobacco, que no Brasil atua através da Souza Cruz) no Brasil e seus impactos nos agricultores, ferindo diversas normas em âmbito nacional e internacional.

Ademais o GT AG da Rebrip esteve presente em Genebra, durante a reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio, entre os dias 15 e 16 de maio. Esta reunião era considerada de suma importância para as pretensões dos negociadores de tentar concluir um acordo em agricultura até Julho, ou no mais tardar, final deste ano. Apesar de todas as tentativas, a falta de consenso ficou evidente durante as negociações e houve pouquíssimo avanço. Para mais informações: marcelo.montenegro@actionaid.org

Glossário

Rodada de Doha - Entre os dias 9 a 14 de dezembro de 2001 aconteceu em Doha, Qatar, a IV Conferência Ministerial da OMC, onde ficou acordado o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais com uma agenda negociadora bastante ambiciosa, centrada em agricultura. A conclusão desta rodada foi programada para 2005, tendo supervisão do Comitê de Negociações Comerciais subordinado ao Conselho Geral da OMC. Essas negociações serão realizadas seguindo o princípio do compromisso único ("*single undertaking*", o que significa que os países devem tomar o acordo como um todo, não podendo concordar em assinar apenas partes deles) e deverão levar em conta o princípio de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.

Fórmula Suíça – Foi proposta pela primeira vez na Rodada Tóquio (1973-1979) para o setor industrial. Ela é uma maneira de harmonizar a estrutura tarifária através de um processo de corte das tarifas de um país, ou seja, ela pondera o rebaixamento das tarifas de importação pelas tarifas já utilizadas dentro do país. Esta fórmula permite a redução dos picos tarifários, pois ela corta as tarifas mais altas, sendo que as tarifas mais baixas sofrem cortes menores.

GATT ("General Agreement on Tariffs and Trade")- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que foi substituído pela OMC. El Acordo Geral atualizado é agora o acordo da OMC que regula o comércio de mercadorias. (Texto da página do Glossário da OMC disponível em www.wto.org)

Pacote de Julho – Depois do fracasso da Ministerial de Cancún (setembro de 2003), os membros da OMC intensificaram seus trabalhos com o objetivo de alcançar um entendimento sobre um desenho geral de estruturas pelas quais poderia e/ou deveria passar a negociação. Estipularam o dia 31 de Julho como data limite para esse entendimento. Na madrugada de 1 de agosto de 2004 se concluiu a decisão do Conselho Geral sobre o Programa de Trabalho de Doha, chamado de "Pacote de Julho", que contém marcos e outros acordos que focalizam e dirigem as negociações para um nível superior. Texto do pacote de Julho disponível em:

http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/draft_text_gc_dg_31july04_e.htm

Boletim elaborado por Adhemar Mineiro e Clarisse Castro (Convênio DIEESE/CUT/REBRIP), com contribuições dos GTs da REBRIP, Maria Teresa Lhanos da Secretaria da Campanha Continental contra a ALCA e Sebastián Valdomir da REDES

Contatos: clarisse@rebrip.org.br e adhemar@dieese.org.br

REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos)

Tel: 55 21 25367350

Fax: 55 21 22867820

Rua das Palmeiras 90, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ Brasil

<http://www.rebrip.org.br>

As atividades da REBRIP são possíveis graças ao apoio de seus membros, e dos parceiros Oxfam Internacional, Fundação Ford e Christian Aid